



Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita
Estado do Rio Grande do Sul

ATA – AUDIÊNCIA PÚBLICA – METAS FISCAIS – 2º QUADRIMESTRE/2026
– 29/SETEMBRO/2026.

Ao vigésimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte seis, na Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita, Rua Dr. Lourenço Zaccaro, número 1310, Centro, realizou-se a Audiência Pública das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de dois mil e vinte seis. A presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Ieda Maria de Ávila Bilhalva deu início a audiência às quatorze horas e quinze minutos. **DISCUSSÃO: - Ver^a. Ieda Maria de Ávila Bilhalva:** Declarou abertos os trabalhos da audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento de Metas Fiscais do segundo quadrimestre de 2026 e da trajetória da dívida. Destacou que a realização da presente audiência atende ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 9º, § 4º, estabelecendo a presente audiência como exercício da democracia nesta Câmara Municipal. Cumprimentou o vereador Natan, a vereadora Andréia Margarete, que faz parte da Comissão, esclarecendo que os membros da Comissão são ela, como presidente, a vereadora Andréia Margarete e o vereador Leonardo. Saudou a Franciély, a Suellen, o Ciro e o Adriano, destacando que fazem parte da equipe. Na sequência, agradeceu a presença de todos e passou a palavra à Secretária Municipal de Finanças Públicas, senhora Franciély Castro, para a apresentação das informações. - **Secretária Municipal de Finanças Públicas, Franciély Castro:** Cumprimentou a todos, os vereadores, a equipe da Secretaria de Finanças que a acompanhava, as pessoas presentes e o Controle Interno, que também acompanhava a audiência. Informou que estavam presentes para apresentar as metas do segundo quadrimestre de 2026. Explicou que a audiência estava cumprindo a legislação pertinente, atendendo à Constituição Federal, à Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 2000, além da Lei Complementar nº 141, de 2012, e da Lei Federal nº 4.320, de 1964. Primeiramente, informou que seriam apresentados os dados sobre a receita e o desempenho da receita no quadrimestre. Explicou que os dados consolidados apresentavam a estrutura juntamente com os valores da Prefeitura, do Fundo de Previdência, do IMAS e da Câmara. Informou que havia uma receita total prevista de R\$ 302.435.388,33 e que já havia sido realizada, até o segundo quadrimestre, correspondente ao período de janeiro a agosto, a quantia de R\$ 202.503.623,54, representando um percentual de 66,96% da meta prevista. Explicou que isso significava que o Município estava dentro da expectativa prevista, não estando nem abaixo nem acima, mantendo-se dentro do que havia sido planejado. Ao apresentar os dados somente do Executivo Municipal, informou que havia uma receita total orçada de R\$ 233.774.408,36 e que, até o quadrimestre, havia sido realizada a quantia de R\$ 169.408.423,27, representando um percentual de 72% e cumprindo a meta.



Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita
Estado do Rio Grande do Sul

Na sequência, apresentou a evidenciação da receita com os tributos, explicando que seriam apresentados a meta anual, o que estava previsto para o ano todo, o que estava orçado até o segundo quadrimestre, a média até agosto, o que havia sido arrecadado até o segundo quadrimestre, o que havia sido arrecadado somente no segundo quadrimestre, correspondente aos meses de maio a agosto, e o que ainda faltava arrecadar para atingir a meta anual. Esclareceu que o valor arrecadado até o segundo quadrimestre demonstrava o saldo que ainda faltava arrecadar até o final do ano. Quanto ao ICMS, informou que havia uma previsão de R\$ 51.160.000,00 e que já havia sido arrecadado, até o segundo quadrimestre, o valor de R\$ 33.460.931,16, restando, até o final do ano, pelas previsões, R\$ 17.699.068,84. Quanto ao FPM, Fonte de Participação dos Municípios, informou que havia uma meta anual de R\$ 36.672.029,60 e que havia sido arrecadado, até o segundo quadrimestre, o valor de R\$ 24.942.896,11, restando, até o final do ano, R\$ 11.729.133,49. Quanto ao ISSQN, que é o Imposto sobre Serviços, imposto municipal, informou que a previsão anual era de R\$ 23.300.000,00, tendo sido arrecadado, até o segundo quadrimestre, o valor de R\$ 18.946.082,45, restando, até o final do ano, para atingir a meta, R\$ 4.353.917,55. Quanto ao IPVA, imposto que vem de participação do Estado, informou que havia uma previsão de R\$ 9.800.000,00 e que já havia sido arrecadado, até o segundo quadrimestre, o valor de R\$ 6.574.186,55, restando, até o final do ano, para atingir a meta, R\$ 13.225.813,45. Quanto ao IPTU, informou que havia uma previsão de R\$ 14.000.000,00, tendo sido arrecadado o valor de R\$ 9.529.131,22, restando R\$ 4.470.868,78 até o final do ano. Quanto ao Imposto de Renda, explicou que, embora seja um imposto legislado pela União, fica para o Município. Informou que havia uma previsão inicial de R\$ 7.400.000,00, tendo sido arrecadado o valor de R\$ 5.802.911,52, restando, para atingir a meta até o final do ano, R\$ 1.597.088,48. Quanto ao ITBI, que também é um imposto municipal, referente às transmissões de bens imóveis, informou que havia uma meta anual original de R\$ 4.500.000,00, tendo sido atingido o valor de R\$ 2.575.588,24, restando, até o final do ano, para atingir a meta, R\$ 1.924.421,76. Quanto às taxas diversas, cobradas pelo Município, informou que havia uma meta anual de R\$ 5.759.456,44 e que, até o segundo quadrimestre, havia sido atingido o valor de R\$ 5.180.802,83, faltando, para atingir a meta, R\$ 578.653,61. Quanto ao IPI, que também é um imposto que advém de transferências da União para o Município, informou que havia uma meta anual de R\$ 459.000,00, tendo sido atingido o valor de R\$ 441.545,89, faltando, para atingir a meta, R\$ 17.454,11. Quanto ao FUNDEB, explicou que, apesar de ser um imposto específico, um tributo específico da educação, possui grande volume, razão pela qual era apresentado na exposição. Informou que havia uma previsão inicial de R\$ 54.132.369,58, tendo sido arrecadado, até o segundo quadrimestre, o valor de



Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita
Estado do Rio Grande do Sul

R\$ 33.686.685,45, restando, para os próximos meses, R\$ 16.445.684,13. Informou que, totalizando os valores apresentados, o Município estava se mantendo dentro das metas, mas ainda havia um valor de R\$ 62.402.774,20 a arrecadar até o final do ano, considerando os principais impostos e tributos. Na sequência, apresentou um gráfico para representar o quanto havia sido arrecadado no segundo quadrimestre. Destacou que o ICMS era um dos maiores impostos recebidos pelo Município na composição dos tributos, juntamente com o FPM e o ISS. Destacou, ainda, o FUNDEB, sendo esses os que compõem a carteira de receitas e representam os maiores volumes. - **Ver. Natan da Silveira Santos:** Questionou sobre os R\$ 62 milhões que ainda faltavam arrecadar até o final do ano, observando que estavam falando de aproximadamente outubro, e perguntou qual era a perspectiva, questionando se seria possível arrecadar todo aquele valor. - **Secretária Municipal de Finanças Públicas, Franciély Castro:** Respondeu que a perspectiva era de que o Município continuasse se mantendo dentro das metas. Informou que estava com 66,96%, portanto dentro do que havia sido planejado. Explicou que, a princípio, a perspectiva era essa, não estando nem abaixo nem acima, mas dentro do que havia sido planejado. Na sequência, apresentou os dados consolidados da despesa. Informou que a despesa orçamentária era fixada anualmente e que havia uma despesa consolidada de R\$ 302.435.388,36. Informou que já haviam sido empenhados R\$ 195.871.530,95 e liquidados R\$ 158.743.893,19. Ao apresentar somente os dados da Prefeitura, informou que havia uma despesa orçamentária fixada em R\$ 221.774.088,36, tendo sido empenhados R\$ 162.270.928,40 e liquidados R\$ 128.870.983,60. Informou que, embora houvesse um corte na parte inferior da apresentação, os dados haviam sido apresentados com a despesa aberta. Explicou que a informação consolidada permitia visualizar e distribuir os valores, sendo R\$ 73.280.828,94 em pessoal e encargos sociais e R\$ 67.983.868,03 em outras despesas correntes, totalizando R\$ 141.264.696,97 em despesas correntes. Nos investimentos, informou que havia sido realizado o valor de R\$ 5.855.065,15, sendo esse o total da despesa de capital. Informou, ainda, que havia a despesa intra, correspondente às operações entre as entidades, registrada como intra, no valor de R\$ 11.624.181,07. O total geral era de R\$ 158.743.893,19. Na sequência, apresentou somente os dados da Prefeitura, informando o valor de R\$ 54.154.518,87 em pessoal e encargos, correspondente ao valor efetivado de janeiro a agosto. Em outras despesas correntes, havia o valor de R\$ 59.414.008,91, totalizando, nas despesas correntes, R\$ 113.568.527,78. Nos investimentos, informou o valor de R\$ 4.354.306,58, correspondente ao total da despesa de capital. Em operações intra, envolvendo o Executivo, o Fundo de Previdência e a autarquia de Saúde, o IMAS, havia sido registrado o valor de R\$ 10.948.104,24. O total geral das despesas era de R\$ 128.870.938,60. Na sequência, passou a apresentar os percentuais



Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita
Estado do Rio Grande do Sul

constitucionais evidenciados até o segundo quadrimestre. Quanto aos gastos com educação, informou que havia sido atingida uma aplicação de R\$ 21.292.101,22, correspondente a 18,05%. Explicou que esse percentual estava de acordo com a metodologia de cálculo do Tribunal de Contas. Quanto à Saúde, informou que havia um valor aplicado de R\$ 22.310.308,36, correspondente a 18,92%, sendo ambos os cálculos realizados pela metodologia do Tribunal de Contas. Quanto à despesa com pessoal, calculada sobre a Receita Corrente Líquida, informou que havia um valor de R\$ 248.754.379,13 de Receita Corrente Líquida, correspondente ao valor apurado para realização do cálculo, e uma despesa com pessoal de R\$ 105.386.115,32, representando uma aplicação de 42,80%. Explicou que esse cálculo considerava os últimos doze meses e não somente o ano. Informou que o cálculo era realizado com base na metodologia do Tribunal de Contas, mas que ainda estava considerando a liminar que o Município possuía para não considerar os serviços médicos, mencionando que, posteriormente, o Controle Interno poderia explicar melhor a situação. Esclareceu que, por essa razão, o percentual estava baixo, pois a liminar ainda estava vigente e, caso contrário, o Município já estaria com um percentual bem superior ao valor apresentado. Explicou que, como a liminar permanecia vigente, estava sendo apresentado o valor considerando a liminar, mas ressaltou que ela poderia cair a qualquer momento, não sendo uma certeza a manutenção daquele percentual. Acrescentou que, caso a liminar fosse revogada, o Município já estaria com um percentual bem maior. Ao final, agradeceu a atenção de todos e encerrou sua apresentação. - **Ver^a. Ieda Maria de Ávila Bilhalva:** Perguntou se alguém gostaria de fazer alguma pergunta. - **Ver. Natan da Silveira Santos:** Solicitou, se fosse possível, que a apresentação fosse disponibilizada posteriormente para que pudessem analisá-la com mais calma, observando os detalhes apresentados. Agradeceu e informou que iriam analisar os números, estudar os dados e fazer o dever de casa. Agradeceu, ainda, a presença de todos. - **Ver^a. Andréia Margarete Oliveira Fochezatto:** Saudou o pessoal que estava presente naquela tarde e destacou que era muito importante que a população tivesse conhecimento dos gastos, de como eram arrecadados e de como eram trabalhados, ressaltando que a transparência era tudo nesse mundo. Destacou que, enquanto cidadãos, deveriam fazer o uso correto dos gastos, observando que não se tratava apenas da questão da arrecadação, mas também de todos os recursos que vinham para o Município e da forma como eram gastos, para que, posteriormente, as pessoas não ficassem dizendo que não haviam entendido. Ressaltou que aquela era uma audiência pública muito importante para que a população pudesse ter conhecimento e que estavam conseguindo expor essas informações. Informou que deixaria livre e que o gabinete da vereadora estaria expondo o relatório na página, pois muitas pessoas não conseguiam chegar até a Câmara naquele momento, considerando que às duas



Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita
Estado do Rio Grande do Sul

horas da tarde muitos cidadãos estavam trabalhando. Destacou, entretanto, que a audiência ficava gravada para que pudesse ser acompanhada posteriormente. Afirmou que, conforme havia dito o vereador Natan, era muito importante não apenas ficar dizendo que queria aquilo ou queria outra coisa, mas também saber de onde saíam os recursos, explicando que para a educação vinha um recurso, para a saúde vinha outro recurso. Destacou que, naquela audiência, também estava sendo informado que havia mais uma despesa relacionada aos contratos médicos. Manifestou a expectativa de também acompanhar a audiência pública da Saúde, para verificar as despesas naquela área, mencionando que estavam sendo gastos 18%, enquanto o suporte do Município não correspondia a esse percentual, ressaltando que o Município estava investindo além dos seus recursos, considerando os percentuais de 15%, 12% do Estado e da União, e que esses recursos não estavam sendo comportados naquela pasta. Afirmou que era muito criteriosa com essa questão, pois costumava dizer que era fácil chegar ao posto de saúde e pedir um atendimento bom, mas que isso não dependia somente do Município, envolvendo também o Estado. Ressaltou que essa era a parte dos cidadãos e, ao final, afirmou que, naquele domingo, deveriam fazer uma escolha certa e cumprir o seu dever. - **Ver^a. Ieda Maria de Ávila Bilhalva:** Interveio, destacando que aquela era uma audiência pública e que não poderiam abrir precedente na Câmara, orientando a vereadora Andréia a se manifestar à noite, durante a sessão, e solicitando que a audiência fosse respeitada. - **Ver^a. Andréia Margarete Oliveira Fochezatto:** Concordeu em respeitar a audiência e afirmou que os recursos precisavam ser investidos conforme deveria ser. Agradeceu aos colegas vereadores e destacou que também era concursada, parabenizando pelo trabalho realizado pelo Município. - **Ver^a. Ieda Maria de Ávila Bilhalva:** Perguntou se mais alguém da plateia gostaria de se manifestar. Na sequência, afirmou que gostaria de fazer uma pergunta, destacando que era necessário se preocupar com o futuro. Retomando a informação de que a liminar poderia cair a qualquer momento, perguntou, caso isso acontecesse, a quanto chegaria a folha de pagamento do Município. - **Secretária Municipal de Finanças Públicas, Franciély Castro:** Respondeu que possuíam apenas cálculos prospectivos e que não havia um valor fechado para apresentar, mas que possuíam valores de controle. Informou que chegariam próximo de 47% ou 48%, ficando perto do limite de alerta e prudencial, entre 48% e 50%. Explicou que ficariam entre o limite de alerta e o limite prudencial. Destacou que, por esse motivo, todas as vezes que realizavam os cálculos e tratavam da criação de despesas continuadas, sempre tinham um olhar atento, inclusive seguindo a recomendação do Controle Interno, para que não considerassem, nos cálculos, os efeitos da liminar, pois ela poderia cair a qualquer momento. Informou que, por essa razão, nunca consideravam a liminar nos cálculos realizados pela equipe de contadores, seguindo essa orientação,



Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita
Estado do Rio Grande do Sul

uma vez que precisavam trabalhar com a maior prudência possível naquela situação. - **Ver^a. Ieda Maria de Ávila Bilhalva:** Afirmou que, caso a liminar caísse, o Município ficaria em situação de alerta. Na sequência, perguntou ao senhor **Ciro** se gostaria de fazer uma explicação sobre a questão. - **Ciro Tavares Ehlers:** Explicou, basicamente, que a liminar já possuía um tempo de vigência, tendo sido concedida para que o Município conseguisse algumas certidões negativas. Informou que isso havia ocorrido em 2023 ou 2024, não tendo certeza quanto ao ano, e que a liminar permanecia vigente até aquele momento. Relatou que, quando os auditores compareciam ao Município, perguntava sobre a situação da liminar e que a resposta que recebia era sempre a mesma, no sentido de que se tratava de uma discussão grande e infinita e que ainda se arrastaria por mais algum tempo. Informou que havia interferência de outros órgãos, como a FAMURS, e que existiam municípios que consideravam os serviços médicos no índice fiscal e outros que não consideravam, sendo a situação analisada de acordo com cada caso. Explicou que, na situação do Município, quando a Franciély chegava e solicitava os impactos, eram realizados os cálculos considerando e desconsiderando a liminar. Informou que, considerando a liminar, o Município ficaria em uma situação mais complicada, enquanto, com a liminar, ficaria tranquilo. Destacou que, por isso, era adotada a prudência de manter os percentuais um pouco abaixo, para que, caso algum dia ocorresse algum problema e a liminar caísse, fosse possível incluir a despesa dos médicos. Informou que o Município havia realizado recentemente uma licitação e que já havia novos contratos, de modo que seria necessário realizar todo um ajuste caso a liminar fosse derrubada. Afirmou que, dessa forma, o Município não seria pego desprevenido, preferindo trabalhar com prudência e com um índice mais baixo, na casa dos 40%, o que proporcionaria maior segurança. Acrescentou que, posteriormente, caso fosse aberta uma escola, sempre haveria uma questão relacionada à alocação de recursos humanos, de modo a não causar os maiores problemas futuramente. - **Ver^a. Ieda Maria de Ávila Bilhalva:** Agradeceu ao senhor **Ciro** e perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar. Não havendo mais manifestações, agradeceu a presença de todos e agradeceu especialmente à Franciély, ao Adriano, à Suellen e ao **Ciro**. Na sequência, destacou que o **Ciro** não controlava somente a Prefeitura, mas também a Câmara, sendo responsável pelas contas dos presidentes. Ressaltou que, para os presidentes e para o futuro presidente saberem, quem controlava as contas da Câmara era o **Ciro**. Afirmou considerá-lo um excelente profissional e uma pessoa que realizava seu trabalho com excelência. Agradeceu novamente e destacou que o **Ciro** era concursado e colega servidor público. Agradeceu a presença de todos e informou que a próxima audiência ocorreria na semana seguinte, no dia sete. Por fim, agradeceu a todos e declarou encerrada a audiência pública de Metas Fiscais do segundo quadrimestre de 2026. Para



Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita
Estado do Rio Grande do Sul

conferir na íntegra a audiência pública, acesse o link <https://youtu.be/9GwQdMPEk3g>. Para mais informações, acesse o nosso site <https://www.novasantarita.rs.leg.br/>. Nada mais a tratar, a Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento encerrou os trabalhos às quatorze horas e quarenta e dois minutos. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que será assinada pela Vereadora Ieda Maria de Ávila Bilhalva.


Ieda Maria de Ávila Bilhalva

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

